



Reforma Tributária em foco: Conexidades debate os impactos reais nos municípios brasileiros

O painel "Reforma Tributária: O Novo Brasil Fiscal e os Impactos Reais nos Municípios" reuniu nesta terça-feira, no 9º Conexidades, especialistas em direito tributário e representantes do municipalismo para falar sobre um dos temas mais complexos e urgentes da gestão pública brasileira. A mediação ficou a cargo de Walcinyr Bragatto, vice-presidente da UVESP, e o debate contou com as participações de Caio Bartine, jurista especializado em Direito Tributário, e José Adinan Ortolan, presidente da Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo - AMPPESP.

O primeiro ponto estabelecido no debate foi direto: a reforma tributária não é uma promessa futura, ela já aconteceu. Aprovada por meio da Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei 214/2025, a reforma redesenhou a tributação sobre consumo no Brasil, substituindo tributos como PIS, COFINS, ISS e ICMS por novos instrumentos - CBS, IBS e o chamado Imposto Seletivo, num período de transição que vai de 2026 a 2032. A partir de 2033, o ISS e o ICMS deixarão de existir.

Para os municípios, a mudança é estrutural. A lógica tributária migra da origem para o destino: se antes importava onde a empresa estava instalada, agora o que define a arrecadação é onde está o consumidor. Municípios com base industrial podem perder receita; municípios turísticos tendem a ganhar relevância, desde que consigam comprovar eficiência administrativa, pois a fiscalização passará a ser feita por inteligência artificial. Mais de 85% dos municípios brasileiros dependem de repasses do Fundo de Participação, e a qualidade dos dados que cada prefeitura entrega ao sistema determinará diretamente o volume que ela receberá.

Um mecanismo de seguro de receita foi criado para proteger os maiores arrecadadores durante a transição, com garantias que se estendem, em alguns casos, até 2077. Mas o alerta foi claro: esse seguro será corrigido pela inflação, sem crescimento real. Municípios que não profissionalizarem seus setores tributários, atualizarem sua legislação e investirem em educação e preservação ambiental, dois critérios que passarão a influenciar diretamente a distribuição do IBS, sairão perdendo.

A boa notícia, destacada por Ortolan, é que a reforma também corrige uma histórica assimetria: a imunidade tributária, antes restrita à União e aos estados, foi estendida aos municípios, que passarão a ter redução de custos em compras públicas. E uma nova cultura fiscal deverá ser estimulada entre os cidadãos, com a devolução de parte dos tributos pagos para quem informar o CPF nas compras, um mecanismo que tende a ampliar a formalização e a arrecadação.

Esse painel integra a programação do 9º Conexidades, que acontece entre os dias

15 e 19 de junho no Campos Hall, em Campos do Jordão.

O 9º CONEXIDADES é uma realização da Multiplicidades, tendo Campos do Jordão como cidade anfitriã. A curadoria do evento é da UVESP, Conexão Municipalista e Projeto Cidade. O evento conta com o patrocínio da Monte Carlo Multipropriedade, Sebrae, Valid, Itaú, Grupo Terracom, Sabesp e Prodesp; copatrocínio da Caixa Econômica Federal e do Governo do Brasil; apoio educacional do SENAC, da FDE e da Secretaria da Educação do Estado; além do apoio da CDHU, Detran-SP, Metrô de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Banco do Brasil e Governo do Brasil.

Informações para a imprensa:

Assimptur

Eliria Buso - imprensa@assimptur.com.br

Claudia Costa - jornalismo@assimptur.com.br